

CONDIÇÕES DE VIDA E TRABALHO DE MULHERES CHEFES DE FAMÍLIA

CONDICIONES DE VIDA Y DE TRABAJO DE LAS MUJERES JEFE DE FAMILIA



SIMONE TAVARES DA SILVA¹

Resumo

Este artigo tem como objetivo verificar as transformações ocorridas no mundo do trabalho e suas interferências na família. A partir dos anos de 1970 um processo de reestruturação produtiva em escala global provocou um intensivo crescimento de empregos precarizado. Diante dessa reestruturação percebe-se o empobrecimento das famílias que para sua sobrevivência se submetem a trabalhos precários tendo com isso péssimas condições de vida. Iremos trazer para o debate a condição da chefia familiar feminina por ser um fenômeno progressivo no Brasil.

Palavras-Chaves: Trabalho. Mulheres. Chefes de família. Políticas Públicas.

Resumen

Este artículo tiene como objetivo verificar los cambios que se han producido en el mundo laboral y su injerencia en la familia. A partir de la década de 1970, un proceso de reestructuración productiva a escala global provocó un crecimiento intensivo de empleos precarios. Ante esta reestructuración, podemos ver el empobrecimiento de familias que, para su supervivencia, se ven sometidas a un trabajo precario, con pésimas condiciones de vida. Traeremos al debate la condición de las mujeres jefas de familia, ya que es un fenómeno progresivo en Brasil.

Palabras-llaves: Trabajo. Mujeres. Jefes de familia. Políticas Públicas.

Introdução

Este artigo é fruto de uma dissertação de mestrado em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia pela Universidade Federal do Amazonas e tem como objetivo verificar as condições de vida e de trabalho das mulheres chefes de famílias. A pesquisa foi realizada no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS)² São José

¹ Doutoranda do Programa em Antropologia Social da Universidade Federal do Amazonas – PPGAS/UFAM e Assistente Social do Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia do Amazonas – IFAM. Email: simone.tavares.st1@gmail.com

² O CRAS é uma unidade pública responsável pela oferta de serviços no âmbito da proteção social básica do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) nas áreas de vulnerabilidade dos municípios. Seu objetivo consiste na prevenção de situações de riscos sociais, desenvolvendo potencialidades e



IV que é vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos (SEMASDH).

O universo da pesquisa foi de 169 mulheres cadastradas no ano de 2009 no Programa de Atenção Integral à Família (PAIF)³. A amostra foi composta de 20 (vinte) mulheres nas idades de 20 a 40 anos moradoras do bairro São José II e IV. O critério de exclusão recaiu sobre aquelas mulheres que não exerciam uma atividade remunerada e que não possuíam dependentes menores. O critério utilizado na seleção das mulheres que compõem a amostra foi de forma aleatória, via sorteio, posterior à análise documental na instituição (CRAS).

As mulheres foram convidadas a participar da pesquisa a partir do contato que estabelecemos com elas por intermédio do CRAS São José IV. A pesquisa foi realizada no domicílio de cada uma delas. As mulheres entrevistadas acolheram com satisfação a pesquisa e se mostraram prontas a falar de suas vidas. A situação por vezes pareceu um desabafo, um espaço para expor seus problemas e até mesmos os conflitos e impasses próprios da condição de chefia feminina. Foram dados às mulheres entrevistadas nomes fictícios, nomes de flores.

A metodologia utilizada foi pautada nas abordagens qualitativas sem excluir os aspectos quantitativos. Os instrumentos de coleta de dados utilizados constituíram-se num formulário contendo perguntas abertas e fechadas. O formulário foi construído a partir dos seguintes aspectos: características pessoais das mulheres como sua idade, escolaridade, naturalidade, composição da família, renda e ocupação, condições de moradia, acesso aos programas sociais dentre outros.

As mulheres entrevistadas, sob diversos aspectos, possuem trajetória de vida parecida. São trajetórias marcadas pela vulnerabilidade social, incluindo a falta de qualificação profissional, abandono de marido, mas também de muita luta, persistência, força e esperança. Algumas das mulheres, no decorrer de suas vidas estiveram envolvidas em mais de uma relação marital. Grande parte das mulheres ingressou no mercado de trabalho desde muito jovem, por volta de seus 14 anos, determinada pela necessidade econômica da família.

fortalecendo os vínculos familiares e comunitários, como ampliação de acesso aos direitos de cidadania (MDS, 2009).

³ O Programa de Atenção Integral à Família (PAIF) foi criado através da portaria nº. 78 de 18 de abril de 2004 pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS. O PAIF é implementado através dos serviços socioassistenciais, socioeducativo, de convivência e de projetos de preparação para a inclusão produtiva voltados para as famílias vulnerabilizadas.



Decidimos nessa pesquisa focalizar as mulheres com filhos pequenos por acreditar que essa situação pode acarretar para ela uma maior sobrecarga de trabalho doméstico e um elevado tempo dedicado à família, afetando sua disponibilidade para o ingresso no mercado de trabalho formal. Consideramos também que a existência de crianças na família gera a necessidade de uma maior renda, surgindo com isso a necessidade de se estabelecer diferentes estratégias para a sobrevivência e manutenção da família.

O perfil socioeconômico das mulheres provedoras confirma o que alguns estudos mostram sobre essa condição feminina. Muitas mulheres chefes de famílias inseridas em trabalhos precarizado e mal remuneradas têm, por vezes, condições de vida piores do que aquelas que não são chefes de família. Elas quase não usufruem para si próprias do valor ganho e, devido à baixa remuneração, não podem investir em seus estudos e cursos de qualificação. Isto sem falar na sobrecarga de trabalho, o que significa não só a presença de desigualdades de gênero, mas também de desigualdades sociais (MENDES, 2009).

Em função do bem-estar dos filhos, essas mulheres não medem esforços para a realização de qualquer atividade que gere renda, haja vista as necessidades impostas pela situação de pobreza. A busca por programas sociais de transferência de renda confirma a vulnerabilidade destas famílias e a necessidade de o Estado intervir de forma mais eficaz, principalmente em políticas educacionais, de qualificação e de emprego e renda.

Os desafios enfrentados por essas mulheres inseridas em trabalhos precários e informais e tendo como sua a responsabilidade da manutenção da família, expressam o atual quadro socioeconômico do país, que tem cifras elevadas de desemprego, excluindo essas mulheres do acesso aos direitos trabalhistas garantidos pelo trabalho formal. Mas, mesmo diante desse quadro difícil, as mulheres apresentam certa autonomia; elas são, como muitas afirmaram, batalhadoras e orgulhosas de si, enfrentando barreiras e discriminações impostas por um processo de trabalho cada vez mais excludente e competitivo.

As mudanças ocorridas no mundo do trabalho

Nas últimas décadas o mercado de trabalho passou por profundas transformações implicando na insegurança dos trabalhadores e o processo de



precarização parece ser o grande fenômeno que atinge mais fortemente as mulheres trabalhadoras na atualidade. Castel (1997) assinala que a questão social se expressa no rosto dos desfiliaados que surgem na sociedade, pelo crescimento do trabalho precário e do desemprego. Vivenciamos uma desmontagem do sistema de proteção e garantias vinculado ao emprego e isto repercute nos diferentes setores da vida social, para além do mundo do trabalho.

De acordo com Castel (1997) diante da individualização que o neoliberalismo preconiza, a sociedade não se mobiliza mais coletivamente. Alguns trabalhadores ainda conseguem se colocar nesse novo modelo: são aqueles que possuem formação e qualificação, por isso atendem os critérios exigidos pelo mercado, que é cada vez mais competitivo. Mas outros, que se apresentam em maior número, encontram-se perdidos, desmembrados da coletividade, das regulações coletivas de proteção e do direito ao trabalho.

Para Wanderley (1997), a questão operária agrava-se principalmente a partir da expansão do mercado informal, do crescimento do desemprego, da precarização das condições e proteção do trabalho que geram exclusão social sem levar em consideração as causas estruturais. A problemática das mulheres como uma das expressões da nova questão social persiste, tendo em vista a continuidade da cultura machista que se perpetua na exploração sexual, nas condições inferiores de renda e prestígio social e na jornada dupla de trabalho.

A crise do emprego se manifesta no Brasil pelo aumento do desemprego aberto⁴. Singer (2006, p.32) considera que,

Os pobres raramente podem se dar ao luxo de ficar ‘desempregado’. Os pobres ficam parados quando a procura por seus serviços cessa, mas eles não podem permanecer nesta situação por muito tempo. Se não conseguem ganhar a vida na linha de atividade a que vinham se dedicando, tratam de mudar de atividade ou de região, caso contrário correm o risco de morrer de fome.

Ianni (1991, p.3) reforça que “nas épocas de crise, a questão social se torna mais evidente, como desafio e urgência, e que a mesma tem sido objeto de interpretações divergentes, muitos encaram as suas manifestações como ameaça a ordem social vigente, à harmonia entre o capital e o trabalho e à paz social”. Para o

⁴ Proporção de pessoas que não exercem outra atividade senão aquela de procurar trabalho (SINGER, 2006).



autor “há processos estruturais que estão na base das desigualdades e antagonismos que constituem a questão social”. Um desses processos é o desenvolvimento do capitalismo que provoca os mais diversos movimentos de trabalhadores em busca de terra, trabalho, melhores condições de vida, garantias e direitos. Nesse contexto, o desemprego, subemprego e o pauperismo tornaram-se realidade cotidiana para muitos deles.

Para Furtado (2002) não há como o país se desenvolver sem investir consideravelmente na educação. Esse é o mais importante investimento a se fazer para que haja não somente crescimento econômico, mas um autêntico desenvolvimento social. O Brasil é um país marcado por disparidades sociais e desigualdades regionais abissais, por isso, se torna frágil diante de empresas transnacionais que tiram proveito dessas desigualdades. A maior dificuldade está em reverter o processo de concentração de renda, o que somente será feito mediante uma grande mobilização e luta social.

A história do capitalismo é contraditória, pois poucos auferem grandes lucros, enquanto outros ficam sujeitos ao mercado de trabalho cada vez mais excludente. Cattani (2005) afirma que,

Ao aceitar o contrato salarial o trabalhador submete-se às ordens do empregador, pois é através do trabalho que está assegurado a sua ascensão social. Mas, a grande promessa do liberalismo e do Keynesianismo social-democrata foi frustrada pela dinâmica do capitalismo, a ascensão social por princípios meritocrático revelou-se uma farsa, visto que o capitalismo foi incapaz de criar, de maneiras ampliadas e permanentes, ocupações produtivas em números suficientes para responder às necessidades das populações submetidas à sua esfera de denominação (CATTANI, 2005, p.55).

Martins (2002, p.11) esclarece que não existe exclusão, mas uma inclusão precária e instável, marginalizada, própria do sistema capitalista que considera peculiar excluir, desenraizar para incluir de outro modo, segundo suas próprias regras. “A sociedade que exclui é a mesma sociedade que também cria formas desumanas de participação, na medida em que delas faz condição de privilégios e não de direitos”.

Trata-se de vítimas de processos sociais, políticos e econômicos excludentes. Isto leva à instalação de conflito porque as vítimas dos processos excludentes proclamam seu inconformismo, seu mal-estar, sua desesperança. A privação hoje é mais do que privação econômica, há certa privação na dimensão moral. A velha pobreza oferecia ao pobre perspectiva de ascensão social, com bases em pequenas economias feitas à custa de duras privações, já a nova pobreza não oferece alternativa a ninguém.



Há atualmente uma heterogeneização do trabalho, expressa também na crescente inserção da mulher no processo produtivo, que é absorvida pelo capital preferencialmente em trabalhos precarizados e desregulamentado. Vivenciamos uma subproletarização que está presente no trabalho parcial, temporário, precário, que marca a sociedade contraditória no capitalismo avançado.

Outra realidade presente no mundo do trabalho é a crescente exclusão de jovens que atingiram a idade de ingresso no mercado de trabalho e que, sem perspectiva de emprego acabam muitas vezes engrossando as fileiras dos trabalhos precários, do desemprego e com pouca ou nenhuma esperança. Paralelamente à exclusão dos jovens, vem ocorrendo também a exclusão dos trabalhadores que são considerados idosos para o capital, e que uma vez despedidos da empresa dificilmente conseguem reingresso no mercado de trabalho formal. O mercado de trabalho formal tem recusado os trabalhadores herdeiros da cultura fordistas, fortemente especializados, e são substituídos pelo trabalhador polivalente e multifuncional.

A superação do modelo taylorismo-fordismo com produção e consumo em massa se deu através das substituições do homem por máquinas e pelo avanço da microeletrônica. Esse modelo de produção por ter gerado um círculo virtuoso (capital/trabalho) com o fortalecimento dos sindicatos e elevação do salário, teve seu fim lamentado por muitos. Em Moraes Neto (1999, p.109) percebemos que,

Esse aprisionamento ao taylorismo-fordismo leva a uma empobrecida visão sobre vinculação entre trabalho e cidadania, no qual esta estaria garantida na medida em que todos tivessem concretizado o direito ao emprego de sua força de trabalho pelo capital e recebessem um salário justo possibilitando um padrão de consumo decente. Essa concepção desmonta o marxismo que aponta para a importância da desescravização do trabalho e a necessidade de uma formação social superior.

Autores como Marques, Nakatani e Oliveira (2010) esclarecem que a adoção do pensamento neoliberal na economia brasileira teve início na década de 1990 no governo de Fernando Collor de Melo que avançou na implantação das políticas neoliberais com a redução das tarifas de importação, a formulação de uma nova política industrial e o processo de privatização das empresas estatais com a regulamentação do Plano Nacional de Desestatização. Mas, foi durante o governo de Fernando Henrique Cardoso que a política econômica foi totalmente subordinada ao pensamento neoliberal, aos interesses dos credores e do capital financeiro. Nesse governo ocorreram as principais privatizações e as reduções com os gastos sociais.



Lira (2008) em seu texto intitulado “*trabalho informal como alternativa ao desemprego: desmistificando a informalidade*”, problematiza as transformações no mundo do trabalho pontuando a relação do trabalho formal e informal na atual fase do processo de acumulação do capital. A autora considera que esta nova forma intensificou a exploração do trabalho e a flexibilização, além de suscitar novas exigências ao perfil do trabalhador, também promove uma segmentação entre eles, a saber:

Os mais qualificados tem mais possibilidade de permanecer (o que não significa segurança total) no mercado formal e, estes têm potencialmente mais condição de viabilizar uma relação mais estreita entre o trabalho manual e o intelectual, os que não possuem os requisitos da polivalência e qualificações veem-se excluídos do mercado de trabalho formal, pois com o enxugamento de postos no setor industrial e com os limites do setor de serviços, a maioria é obrigada a procurar ocupações na informalidade (LIRA, 2008, p.132).

Para a autora supracitada, os problemas associados à informalidade vão além das péssimas condições de trabalho, implicam numa má condição de vida e de proteção social, tendo em vista que os trabalhadores informais estão inseridos no mercado precarizado justamente pelo fato de não possuírem cobertura de seguridade social, nem de qualquer direito trabalhista que possa ampará-los em situação de afastamento temporário ou definitivo do trabalho. Na pesquisa realizada constatamos que 65% das mulheres estavam inseridas no trabalho informal, como podemos perceber no seguinte relato:

Eu trabalhei durante muito tempo na indústria e no comércio de carteira assinada, hoje tenho 40 anos e me sinto discriminada no mercado de trabalho devido a minha idade. Hoje estou na informalidade, vendo cosméticos, logo que fiquei desempregada foi muito difícil, por muitas vezes me vi desesperada sem ter o dinheiro para comprar pão para meus filhos, até que uma irmã da igreja me ofereceu produtos da NATURA para vender, no início resisti, pois achava que já tinha muita gente vendendo, mas depois vi que não havia alternativa, e que dava para ganhar um dinheirinho, agora já tenho até minha vitrine com vários cosméticos, poupei um pouquinho e consegui compra passagens baratas para São Paulo, não deu para comprar muita coisa por que o dinheiro não era muito, mas como as vendas foram boas de novo. Só sinto por não estar contribuindo com o INSS, eu sei que um dia eu vou ter que me aposentar e isso me preocupa muito (Rosa, 40 anos, entrevista/2010).

Nunca tive emprego com carteira assinada, não tenho nem o ginásio (ensino fundamental) completo, sempre trabalhei como babá (Girassol, 31 anos, entrevista/2010).

Em Manaus, segundo Mourão (2009, p. 39), “o início da década de 1990 é considerado como a terceira fase da Zona Franca de Manaus (ZFM) caracterizada como um período de crise, visto que a política industrial promoveu a abertura do mercado



brasileiro às importações, permitindo com isso a entrada indiscriminada de produtos estrangeiros no país”. A autora esclarece que diante da reestruturação produtiva a (ZFM) foi induzida a ajustar-se às mudanças. Nessa década houve um processo de enxugamento da mão-de-obra no Polo Industrial de Manaus, o que representou um marco nas grandes perdas dos direitos trabalhistas, haja vista que muitos adentraram o novo milênio desempregados, excluídos dos postos de trabalho, os quais talvez jamais possam voltar.

A precarização do trabalho não está presente só no trabalho informal, está também na indústria eletroeletrônica de Manaus que possui uma tendência de aumento da subcontratação de trabalhadores na forma terceirizada. Nesta forma de contratação os trabalhadores não têm direito a muitos “benefícios” que são oferecidos aos funcionários contratados diretamente pela empresa.

Chefia Feminina e Trabalho Precarizado

Macêdo (2009) considera que nas últimas décadas houve uma expansão do número de mulheres chefes de família em todos os estratos sociais e, conseqüentemente, o crescimento de sua visibilidade social. As mulheres pobres e sozinhas nunca tiveram muitas alternativas que não fosse a de trabalhar para sustentar a sua família. Mesmo as que moravam com seus companheiros sempre procuraram alguma forma de geração de renda. Não podemos deixar de perceber que as mudanças culturais relacionadas com o papel de gênero valorizaram a independência e a autonomia das mulheres, momento em que as famílias passam a contar cada vez mais com ambos os cônjuges como provedores.

O fenômeno chefia feminina cresceu significativamente nas últimas décadas. No Brasil, no censo do IBGE de 1991, elas eram estimadas em 21,9% passando para 25% no censo de 2000 e chegando ao ano de 2008 com 34,7%. Quanto às famílias participantes da pesquisa, podemos verificar que 70% são do tipo monoparental (com mãe e filhos sem a presença do companheiro), e 30% são do tipo nuclear (pai, mãe e filhos). Em nossa pesquisa no que toca à provisão principal, verificamos que 55% das famílias são chefiadas por mulheres, 30% são chefiadas pelo o casal e 15% por outros membros da família como pai e irmão. Não houve dificuldade para nossas entrevistadas se reconhecerem como chefes de família.



Mulheres chefiando famílias não pode ser considerado um fenômeno novo, na verdade ele sempre existiu. Scott (2002) afirma que é a partir dos anos de 1960 que as mulheres chefes de família se tornam mais visíveis, em face da industrialização, urbanização e o avanço dos movimentos de mulheres, as quais passaram a ser objeto de estudo e alvo de políticas públicas.

As mulheres ouvidas em nossa pesquisa encontravam-se, em sua maioria, exercendo atividades remuneradas sem que seus direitos sociais trabalhistas fossem garantidos: 55% delas exerciam atividade informal, 35% eram empregadas com carteira assinada e 10% empregadas sem carteira assinada.

O aumento da informalidade, o desemprego e a precarização do trabalho aparecem, segundo Theodoro (2004), como características mais destacadas do mercado de trabalho nos anos de 1990. Nessa década milhões de pessoas adentraram o mercado de trabalho em meio a uma informalidade crescente.

Para Tavares (2004, p.65),

As formas de trabalho precário só não são tão graves quanto a completa ausência de trabalho, isto é, de desemprego, mas, de certa forma, os trabalhadores submetidos às relações impostas pela acumulação flexível passam a viver apenas para o trabalho. Com isso toda a família é atingida, seja pela redução da renda e/ou pelos desencontros que as imprecisões nos tempos de trabalho provocam. Por isso, na mesma proporção em que os avanços tecnológicos vão se disseminando e o aparato de proteção ao trabalho vai se reduzindo, o desalento e o medo atingem também trabalhadores ocupados, especialmente aquele das camadas mais baixas da população, porque cada trabalhador é potencialmente um desempregado.

Das mulheres que fizeram parte de nossa pesquisa e que hoje estão inseridas no mercado informal de trabalho, 6 (seis) têm em comum a experiência de terem trabalhando no Distrito Industrial de Manaus, 3 (três) trabalhavam no comércio, 3 (três) não tinham atividade remunerada e 1 (uma) trabalhava como empregada doméstica com carteira assinada. É importante frisar que muitas tiveram que entrar no mercado de trabalho precocemente deixando o estudo de lado.

Mendes (2002) chama a atenção para o fato de que as mulheres das camadas subalternas, além de possuírem um baixo nível educacional e de qualificação, estão inseridas em grande parte no mercado informal, em péssimas condições de trabalho. Já as mulheres provenientes das camadas médias e altas são mais bem instruídas e qualificadas para enfrentar as novas exigências do mercado. Essas, por terem melhores oportunidades de vida, ocupam elevados postos de trabalhos, recebem melhores



salários, e o ingresso se dá muito mais por uma questão de independência, autonomia ou poder de consumo, do que por questões de pobreza e sobrevivência.

Ouçamos a fala de Cravo (43 anos), mulher guerreira que mesmo enfrentando uma dupla jornada de trabalho voltou a estudar com a perspectiva de melhorar de vida.

Quando cheguei aqui em Manaus, trabalhei muitos anos como doméstica com carteira assinada, mas comecei a ficar com minha saúde fragilizada devido o cansaço. A casa de meus patrões era muito distante da minha, acordava muito cedo para poder conseguir chegar lá às sete horas, e quando retornava, só chegava à minha casa à noite, devido à distância e à demora do ônibus. Chegando em casa, só era mais trabalho, tinha que deixar a casa limpa, dar atenção para meus filhos no dever escolar, deixar a comida preparada para o dia seguinte, dormia muito cansada, aí decidi pedir as contas e trabalhar como diarista. Sei que um dia irei sentir falta de ter a minha carteira assinada, principalmente se adoecer. Mas hoje, devido poder fazer meu horário, consegui até volta a estudar, faço o EJA e de repente, com mais estudo, até consigo uma coisa melhor (Cravo, 43 anos, Manaus, entrevista em 2010).

A educação é o caminho que vai não só lhes favorecer melhores ocupações e condições de trabalho, mas melhores níveis de conscientização da sua condição feminina, tornando-as mais livres e autônomas em suas escolhas e recusas.

A educação formal é um fator primordial para a melhoria de vida da população em geral. Para Scherer (2005) o nível de escolaridade desencadeia uma política de demissão e admissão. Na década de 1990, com a reestruturação produtiva que exigiu trabalhadores polivalentes e qualificados, os trabalhadores com pouca ou nenhuma qualificação foram os primeiros a serem demitidos no Distrito Industrial de Manaus. Atualmente o Distrito Industrial continua a exigir trabalhadores com maior escolaridade, com maior capacidade de iniciativa e de adaptação à organização, entre outros requisitos.

A inserção da mulher no mercado de trabalho deve ser vista como uma luta diária pela sobrevivência, a fim de garantir o sustento da família. No que diz respeito à origem das mulheres ouvidas pela pesquisa, são em sua grande maioria amazonenses (90%), sendo que 55% dessas mulheres são de Manaus e os outros 35%, vieram do interior do Estado do Amazonas. O restante é proveniente de outros Estados como o Pará e o Maranhão.

Autoras como Silva e Yazbek (2008) apontam que as mudanças econômicas e sociais tiveram como pilares o aprofundamento de uma urbanização caótica acompanhada da modernização econômica, tendo a industrialização como a base desse crescimento. A intensa migração do campo para a cidade propiciou a formação de um



grande excedente da força de trabalho, resultando na exclusão dos frutos do crescimento econômico, passando a constituir um grande contingente de trabalhadores no setor informal da economia sujeitos à baixa remuneração, à instabilidade e à margem do sistema de proteção social que é direcionado para aqueles que se encontram no mercado de trabalho formal, inaugurando no país, uma cidadania regulada.

Um número representativo de trabalhadores oriundos da zona rural se soma aos trabalhadores da cidade, formando um corredor dos desempregados. Scherer (2005) explica que essa migração para a capital do Amazonas foi maciça no período da instalação da Zona Franca de Manaus (ZFM). As pessoas vinham em busca de emprego e de melhores condições de vida. Mas, apesar das décadas de 1970 e 1980 terem se constituído no auge da ZFM, a mesma não conseguiu criar postos de trabalho suficientes para incluir a demanda de trabalhadores, tendo como consequência o desemprego e o trabalho informal.

Nossa pesquisa revela que mais da metade das mulheres entrevistadas não possui renda fixa, consequência do trabalho precarizado a que estão submetidas e que não lhes possibilita segurança financeira. Apenas 15% das mulheres recebem uma renda maior que um salário-mínimo.

Para Scherer (2005, p.85) “o trabalho na informalidade apresenta uma característica comum: a vulnerabilidade, ou seja, a insegurança na relação de trabalho e na percepção da renda”. A autora constata que os efeitos da reestruturação produtiva em Manaus é a privação de direitos dos desempregados do mercado formal, que se sujeitam à trabalhos precários sem proteção social e direitos trabalhistas e recebendo poucos rendimentos.

Quando se trata de trabalho informal, as rendas das mulheres pesquisadas flutuam constantemente devido às atividades remuneradas exercidas por elas não terem um valor fixo. Diariamente as mulheres se preocupam se irão conseguir recursos econômicos para suprir as necessidades básicas da família daquele dia. Isso é desesperador, principalmente para aquelas que não contam com a ajuda de mais ninguém na manutenção da casa, no caso das mulheres chefes de família.

Ao perguntarmos às nossas entrevistadas o que as levaram a procurar o Centro de Referência de Assistência Social, 100% responderam ser por causa do Programa de transferência de renda “Bolsa Família”, e apenas 35% afirmaram que gostariam também, além da inclusão no referido programa, de participar de cursos de inclusão



produtiva. Das mulheres que fizeram parte da pesquisa, 100% já fizeram sua inscrição no Cadastro Único⁵ de Programas Sociais, no entanto, apenas 7 (sete) já eram beneficiárias do Programa Bolsa Família.

Em relação ao número de filhos das entrevistadas, a pesquisa revela que a maioria delas, 70%, tem entre 1 a 2 filhos. Vários fatores contribuíram para a queda da fecundidade no país, principalmente a expansão da urbanização, pois na zona rural as famílias tinham a ideia de que era necessário ter muitos filhos para ajudar na lavoura. O planejamento familiar e a grande participação da mulher no mercado de trabalho são outros aspectos que acarretaram a redução da taxa de fecundidade no Brasil (BRUSCHINI, 2000).

Nos lares chefiados por mulheres verificamos que comumente elas não contam com nenhum tipo de apoio do pai de seus filhos. Nessas condições as dificuldades na conciliação dos diferentes papéis desempenhados por essas mulheres são maiores, porque as responsabilidades sobre a família recaem unicamente sobre ela. Apenas duas mulheres chefes de família recebem pensão alimentícia dos pais de seus filhos.

Carvalho (1998) sugere que o Estado desenvolva ações mais efetivas e crie mecanismos de incentivo e reforço à implementação de leis que exigem a participação do pai na manutenção da criança, independente do estado civil. A autora vê a necessidade de informação, tanto para a população feminina, quanto para a masculina, sobre as leis que existem para exigir a participação econômica do pai biológico, na educação e manutenção das crianças. Em Manaus algumas faculdades de direito oferecem esses serviços.

As mulheres consideram que a maioria dos homens são despreocupados com os filhos, considerado o cuidado como atributos femininos. Essa opinião acaba justificando as atitudes masculinas e demonstra como as mulheres se tornam presas à família, a seus papéis de mãe e de cuidadora da família, não podendo abandonar a família e os filhos como faz o homem em alguns casos. E os homens não só se negavam a ter essa participação em casa, como as mulheres não esperavam que eles o fizessem. A

⁵ Desde 2003, o Cadastro Único se tornou o principal instrumento do estado brasileiro para a seleção e a inclusão de famílias de baixa renda em programas federais, sendo usado obrigatoriamente para a concessão dos benefícios do Programa Bolsa Família, do Programa Minha Casa Minha Vida, entre outros. Também pode ser utilizado para a seleção de beneficiários de programas ofertados pelos governos estaduais e municipais funcionando como uma porta de entrada para as famílias acessarem diversas políticas públicas.



autoridade exercida sobre os filhos era a única responsabilidade esperada. Ouçamos o relato de Lírio (37 anos):

O pai do meu primeiro filho nem registrou a criança. O do segundo filho eu recebia ajuda financeira, mas ele nem procurava saber como estava o filho. Isso só me deu força para continuar trabalhando e saber que sou capaz de criar meus filhos sozinha, até porque o que recebia era insuficiente para sustentar as crianças. O mais difícil eu tinha que manter, que é a educação, vestimentas, remédios, calçados, pois ele só ajudava na alimentação (Lírio, 37 anos, entrevista em 2010).

No que diz respeito à variável “horário de trabalho” a pesquisa revelou que 14 mulheres trabalhavam em período integral, 03 delas no turno vespertino, 02 no matutino e 01 no horário noturno. Somente 30% das mulheres possuem horário de trabalho mais flexíveis (matutino ou vespertino) enquanto as outras 70% têm que buscar apoio nos filhos mais velhos, parentes ou amigos para deixar os filhos pequenos, visto que trabalham em período integral.

À medida que se avança os estudos sobre a condição das mulheres na sociedade, há uma maior concordância por parte de diversos autores (CARVALHO, 1998; MACÊDO, 2009) sobre as dificuldades na conciliação dos diferentes papéis desempenhados pelas mulheres sendo maiores no caso daquelas que são chefes de famílias.

As mulheres chefes de família tendem a sentir maior pressão em relação aos excessos de atividades domésticas, que se manifesta através da conciliação do trabalho remunerado e da casa, causando muitas vezes, estresse e cansaço, visto que, são elas que mais se dedicam aos afazeres domésticos mesmo quando recebem ajuda dos filhos mais velhos. Acácia (28 anos) é enfática em afirmar que,

A mulher trabalha mais do que os homens, pois além de trabalhar fora de casa, quando chega em casa precisa lavar, passar, cozinhar, cuidar da educação dos filhos, precisa fazer tudo, e tudo fica ainda mais difícil quando não se tem ajuda do companheiro, pelo contrário alguns querem encontrar tudo bem arrumadinho quando chegam em casa. Nós mulheres somos sobrecarregadas de trabalho, principalmente quando ainda temos filhos pequenos (Acácia, 28 anos, entrevista em 2010).

Para Carvalho (1998), a presença e o rendimento masculino nem sempre representa o bem-estar do domicílio, visto que homens e mulheres têm prioridades de gastos diferenciados. Há experiências cotidianas que apontam que em domicílios no qual a mulher trabalha fora e, principalmente quando apresenta uma boa renda, a família



tem melhores condições de vida. Já o rendimento masculino pode ou não estar diretamente associado ao bem-estar da família.

O lugar onde vivem as mulheres da nossa pesquisa é bastante violento e o tráfico de drogas é uma ameaça constante para o seu bem-estar e segurança de seus familiares. Ao chegarmos a uma das casas das entrevistadas não foi possível a mesma nos atender, pois estava muito nervosa devido seu sobrinho ter sido baleado por traficantes na noite anterior por acerto de conta.

Ao perguntarmos a essas mulheres se a dupla jornada interferia na sua qualidade de vida, 60% responderam que sim, pois se sentia sobrecarregada, sendo uma dureza essa conciliação. Acordam cedo e dormem tarde, em nome da conciliação da atividade remunerada e a familiar. Entretanto, 40% responderam que se sentiam satisfeitas com a vida familiar e profissional e conseguiam dividir o tempo sem danos como, por exemplo, o *estresse*. Percebemos nesse último caso a capacidade que as mulheres têm de distribuir seu tempo entre diferentes momentos de sua vida, privada e pública, mesmo diante do cansaço.

Guimarães (2010) afirma que o estresse é um processo que se configura no decorrer da vida, por conseguinte, não surge do dia para a noite. Primeiramente, o indivíduo vê-se diante de uma situação desafiadora que, conseqüentemente vai provocar uma alteração emocional. O estresse contribui para a etiologia de diversas doenças. O nível de estresse em que se encontra uma pessoa afeta diretamente sua qualidade de vida afetiva, social, profissional e sua saúde. Cravo (40 anos) fala sobre as dificuldades no enfrentamento da dupla jornada,

A longa jornada de trabalho é um problema. Além do cansaço físico muitas de nós ainda temos outra jornada em casa ao final do dia. Muitos homens após o trabalho podem dormir e descansar. Ao contrário deles, nós, mulheres, chegamos exaustas e ainda temos que fazer faxinas, lavar roupa, cuidar das crianças. Essa sobrecarga de trabalho acaba prejudicando a nossa saúde (Cravo, 40 anos, Manaus, entrevista/2010).

As condições mínimas de sobrevivência são importantes para os pobres, mas elas não são suficientes. Não devemos desconsiderar os direitos de todos de terem uma vida com dignidade. Embora a Constituição de 1988 incorpore a concepção universalista dos direitos sociais, o que se vê, ainda hoje, é uma distância bastante acentuada entre os direitos igualitários garantidos por lei e o aumento das desigualdades sociais, da discriminação e da violência que atingem a maioria da população no país.



Considerações Finais

Os fatores que ocasionaram a precarização do trabalho se deram principalmente através de uma política no qual o Estado passa a ser mínimo para o social, mas máximo para o capital. Na década de 70 surge o neoliberalismo como solução da crise que atingiu a economia mundial em 1973, que teve como características a mínima participação do Estado na economia, a política de privatização das empresas estatais, livre circulação de capitais internacionais e ênfase na globalização, abertura para as multinacionais. Desde a década de 80, a maioria dos países latino-americanos já tinha aderido ao neoliberalismo, restava o Brasil, e as reformas eram condicionantes para inserção do país na globalização neoliberal. Foi no governo de Collor de Melo, no início da década de 90, que a tendência do nacional-desenvolvimento sofre uma brusca inversão e se consolidou o neoliberalismo no país.

A política neoliberal provocou um agravamento das condições sociais de grande parcela da população com a deterioração das políticas públicas sociais. Em relação ao desemprego, estima-se que quase a metade da população em idade produtiva encontra-se fora do mercado formal de trabalho, sobrevivendo de atividades informais, precárias, por vezes não remuneradas.

Paralelamente ao desemprego veio o subemprego, o emprego informal e o aumento da participação das mulheres no mercado de trabalho, sem que isso signifique um aumento significativo na renda das famílias, persistindo uma discriminação salarial. Apesar das barreiras enfrentadas pelas trabalhadoras e mulheres chefes de famílias, e das privações sofridas por elas, essas mulheres buscam incansavelmente por melhores condições de vida. Elas não desistem, continuam lutando por condições mais dignas de vida e de trabalho para elas e para a sua família. Trata-se de mulheres guerreiras que lutam diariamente por melhores e novas oportunidades.

Data de Submissão: 07/06/2021

Data de Aceite: 04/09/2021

Referências



BRUSCHINI, Cristina. Teoria crítica da família. In: AZEVEDO, M^a Amélia; GUERRA, Viviane A. (Orgs). *Infância, violência doméstica: fronteiras do conhecimento*. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2000.

CARVALHO, Luiza. Famílias chefiadas por mulheres: relevância para uma política social dirigida. In: *Revista Serviço Social e Sociedade*, nº. 57. São Paulo, Cortez, 1998.

CASTEL, R. As transformações da questão social. In: BOGUS, L; YASBECK, M.C. & BELFIORI-WADERLEY, M. (ORG). *Desigualdade e questão social*. São Paulo: EDUC, 1997.

CATTANI, Antônio David. *A vida Precária: bases para a nova submissão*. In: CATTANI, Antônio David (org.) *Desigualdades na América Latina: novas perspectivas analíticas*. Tra. Ernani. Porto Alegre. Editora da UFRGS, 2005.

FURTADO, Celso. *Em busca de um novo modelo: reflexões sobre a crise contemporânea*, São Paulo: Paz e Terra, 2002.

GUIMARÃES, Maria da Glória Vítório. *Vida familiar e profissional: desafios e perspectivas*. Manaus: Universidade Federal do Amazonas, 2010.

IANNI, Octavio. *A Questão Social*. In *Perspectivas*. v.5, nº 1. São Paulo, 1991.

LIRA, Izabel Cristina Dias. Trabalho informal como alternativa ao desemprego: desmistificando a informalidade. In: SILVA, Maria Ozanira da Silva e; YAZBECK, Maria Carmelita (Orgs.). *Políticas Públicas de trabalho e renda no Brasil contemporâneo*. 2 ed. São Paulo: Cortez; São Luis, MA: FAPEMA, 2008.

MACÊDO, Márcia S. *Gênero e sua utilidade teórica e política para pensar famílias e chefia feminina*. In: Seminário Avanços e desafios no uso do conceito de gênero nos estudos populacionais, ABEP- ENCE/IBGE, 2009.

MARQUES, Rosa Maria. O Regime de Acumulação sob a Dominância Financeira e a Nova Ordem no Brasil. In: Rosa Maria Marques e Mariana Ribeiro Jansen (Org.). *O Brasil sob a nova ordem: a economia brasileira contemporânea: uma análise dos governos Collor a Lula*. São Paulo: Saraiva, 2010.

MARTINS, José de Souza. *A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

MENDES, Mary Alves. Gênero e poder no âmbito da chefia feminina: uma proposta teórica de análise. *Veredas FAVIP – Revista Eletrônica de Ciências*. v.1, nº 1 – Janeiro a Junho de 2008.

MENDES, Mary Alves. Mulheres chefes de família: a complexidade e ambiguidade da questão. In: *XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais*. Ouro Preto-MG, 2002.

MORAES NETO, Benedito Rodrigues. Trabalho e Cidadania: em direção a uma vinculação enriquecida. In: *Perspectivas. Revista de Ciências Sociais*. São Paulo. Editora da UNESP, 1999.



MOURÃO, Arminda Rachel Botelho. A industrialização do Estado do Amazonas. In: OLIVEIRA, Selma Suely Baçal de (Org.). *Trabalho, Educação, Empregabilidade e Gênero*. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2009.

NAKATANI, Paulo; OLIVEIRA, Fabrício Augusto de. Política Econômica Brasileira de Collor a Lula: 1990- 2007. In: Rosa Maria Marques e Mariana Ribeiro Jansen (Org.). *O Brasil sob a nova ordem: a economia brasileira contemporânea: uma análise dos governos Collor a Lula*. São Paulo: Saraiva, 2010.

SCHERER, Elenise. *Baixas nas carteiras: desemprego e trabalho precário na Zona Franca de Manaus*: EDUA, 2005.

SILVA, Maria Ozanira da Silva; YAZBEK, Maria Carmelita. Políticas Públicas de trabalho e renda no Brasil contemporâneo; 2 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

SINGER, Paul. *Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas*. 3 ed. São Paulo: Contexto, 1999.

TAVARES, Maria Augusta. *Os fios (in) visíveis da produção capitalista: informalidade e precarização do trabalho*. São Paulo: Cortez, 2004.

THEODORO, Mário. As características do mercado de trabalho e as origens da informalidade no Brasil. In: RAMALHO, Jether Pereira; ARROCHELLAS, Maria Helena (Orgs). *Desenvolvimento, subsistência e trabalho informal no Brasil*. São Paulo: Cortez; Petrópolis, RJ: Centro Alceu Amoroso Lima para a Liberdade, 2004.

WANDERLEY, L. E. W. A Questão Social no contexto da globalização: o caso latino-americano e o caribenho. In: BOGUS, L.; YASBECK, M. C. & BELFIORI-WANDERLEY, M. (Org.). *Desigualdade e a Questão*. São Paulo: EDUC, 1997.